

Giovana Borges Mesquita

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6569-4515>

Universidade Federal de Pernambuco.

giovana.mesquita@ufpe.br

Danilo Borges e Silva de Araújo

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5970-8474>

Universidade Federal de Pernambuco

dbsadanilo@gmail.com

A Bahia negra não mostrada na TV: a invisibilidade dos quilombolas no telejornal BATV

Black Bahia not shown on TV: the invisibility of quilombolas on the newscast BATV

Black Bahia no se muestra en televisión: la invisibilidad de los quilombolas en el telediario BATV

* Uma versão anterior do trabalho foi apresentada no GP Estudos de Televisão e Televisualidades, no XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom em 2021.

RESUMO

O trabalho resulta de uma pesquisa ampla que analisa como a imagem dos quilombolas é construída por dois telejornais presentes na Bahia e no Maranhão. Para este artigo nos deteremos no BATV. Analisamos todas as edições jornalísticas de 2012 a 2019, disponíveis na Globoplay, para obter uma amostra representativa do telejornal que reflète mudanças sociais, políticas e culturais. Nossa abordagem teórico-metodológica une a Teoria das Representações Sociais e as Teorias do Jornalismo, dialogando com o *framing effect* ou o efeito de enquadramento, dentro da perspectiva de que as notícias produzem enquadramentos que definem e constroem a realidade (Tuchman, 1978). No período, surgiram 17.686 conteúdos jornalísticos diversos, mas a temática quilombola foi tratada em apenas três ocasiões. Destacamos que as imagens dos quilombolas são criadas pelo telejornal com produções de estigmas e estereótipos.

Palavras-chave: Telejornalismo; Teoria das Representações Sociais; Jornalismo; Construção Social da Realidade; Quilombolas.

ABSTRACT

The work stems from a comprehensive research that examines how the image of quilombolas is constructed by two television news programs in Bahia and Maranhão. For this article, we will focus on BATV. We analyzed all the news editions from 2012 to 2019, available on Globoplay, to obtain a representative sample of the news program that reflects social, political, and cultural changes. Our theoretical-methodological approach combines the Theory of Social Representations and the Theories of Journalism, engaging with the framing effect, within the perspective that news produces frames that define and construct reality (Tuchman, 1978). During the period, 17,686 diverse journalistic contents emerged, but the quilombola theme was addressed only on three occasions. We highlight that the images of quilombolas are created by the news program through the production of stigmas and stereotypes.

Keywords: Telejournalism; Theory of Social Representations; Journalism; Social Construction of Reality; Quilombolas.

RESUMEN

El trabajo surge de una amplia investigación que examina cómo se construye la imagen de los quilombolas en dos noticieros presentes en Bahía y Maranhão. Para este artículo, nos centraremos en el BATV. Hemos analizado todas las ediciones periodísticas desde 2012 hasta 2019, disponibles en Globoplay, para obtener una muestra representativa del noticiero que refleje cambios sociales, políticos y culturales. Nuestra metodología se basa en la Teoría de las Representaciones Sociales y las Teorías del Periodismo, en diálogo con el efecto de encuadre (*framing effect*) o el efecto de enmarcado, dentro de la perspectiva de que las noticias generan marcos interpretativos que definen y construyen la realidad (Tuchman, 1978). Durante este período, se presentaron 17,686 contenidos periodísticos diversos, pero el tema de los quilombolas solo fue abordado en tres ocasiones. Subrayamos que el noticiero crea imágenes de los quilombolas mediante la promulgación de estigmas y estereotipos.

Palabras clave: Teleperiodismo; Teoría de las Representaciones Sociales; El periodismo; Construcción social de la realidad; Quilombolas.

Submissão: 9-11-2021

Decisão editorial: 23-8-2023

Introdução

A televisão ocupa um lugar central na vida da sociedade brasileira, contribuindo de forma relevante na construção da identidade, dos hábitos e do comportamento das pessoas (Almeida, 2020). Já o telejornalismo, de alguma forma, funciona como uma espécie de lugar de referência (Vizeu; Correia, 2008) para as pessoas saberem o que está ocorrendo no mundo que as cerca. Um “lugar”, para muitos brasileiros, muito semelhante ao da família, da escola e do consumo.

Quando assistimos a um telejornal, em particular, é como se víssemos o mundo, ele está, ele nos vê. O jornalismo contribui para contextualizar e também pode ajudar na compreensão das sociedades, ocupando um papel central no processo de construção da realidade social (Pereira Júnior; Oliveira, 2020; Silva, 2020).

Entendemos que os estudos dos telejornais são muito importantes para a comparação entre os fenômenos existentes no nosso cotidiano, da qual denominamos de o “Brasil real” e as representações sociais e enquadramentos dos telejornais, que atribuímos de “país mostrado na tevê”, ou seja, como os noticiários diariamente vão agendando a realidade com efeitos para o bem e para o mal.

Reforçando o que afirmam os pesquisadores sobre a presença da televisão no cotidiano das pessoas, o relatório final da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), da Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) aponta que 90% da população brasileira utiliza a televisão para se informar, enquanto 63% assume que esta é o principal meio para a busca de informações. O estudo apontou também que, do total dos que assistem ao noticiário televisivo, 28% confiam sempre, 26% muitas vezes, 38% poucas vezes, 8% nunca confiam e 1% não soube ou não respondeu (SECOM, 2016). Destacamos ainda que cerca de 80 milhões de brasileiros têm a televisão como a única fonte de entretenimento midiático (Feltrin, 2020). O ano de 2020, marcado pela pandemia do novo coronavírus, evidenciou também um destaque no consumo desse objeto de mídia, pois o número de televisores ligados aumentou e os telejornais se configuraram como campeões de audiência (Padiglione, 2020).

Essas explicações mostram o lugar que a televisão ocupa no país, que vai além de fonte de informação e entretenimento. No processo de busca de elementos sobre o mundo que as cerca, as pessoas constroem uma relação de confiança com os noticiários que passam, de certa forma, a ser uma espécie de lugar de referência em um mundo cada vez mais complexo (Vizeu; Correia, 2008). Entre essas assertivas, muitos hiatos precisam ser observados no que diz respeito às rotinas do telejornalismo, considerando as produções e processos comunicacionais e implicações sócio-político-cultural presentes nesses contextos.

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, que analisa como a imagem dos quilombolas é construída por dois telejornais de maior audiência

na Bahia e no Maranhão, que se configuram como os estados da região Nordeste com o maior número de comunidades quilombolas. Para esse artigo, no entanto, nos deteremos no BATV, telejornal que possui uma cobertura de 100% do estado da Bahia.

Especificamente o que se quer compreender é o modo como esse telejornal veicula as temáticas sobre populações quilombolas em suas produções. Queremos observar se os conteúdos jornalísticos veiculados reforçam inclusões ou exclusões sociais desse grupo social. Também pretendemos analisar as “ancoragens” e as “objetivações”, mecanismos geradores das representações sociais (Moscovici, 2009) sobre os quilombolas nesses conteúdos. Nossa intenção é contribuir com um olhar para o campo da Jornalismo, buscando compreender como as notícias, produto do jornalismo, retratam a população quilombola, partindo de um entendimento de que as notícias produzem enquadramentos que definem e constroem a realidade (Tuchman, 1978).

Populações quilombolas na contemporaneidade

As populações quilombolas vivem um dinamismo. Se organizam politicamente e afetivamente pela busca de mudanças estruturais, como, por exemplo, o combate ao racismo e a superação da desumanização, impostas ao povo negro no país. A ausência de um conceito advindo do Estado que abarque tal dinamismo, nos faz repensar nas experiências de existência desse grupo. Nessa perspectiva, as formulações que empregamos para compreender as comunidades quilombolas têm sua origem nas ideias enunciadas por Nego Bispo. Tais ideias orbitam em torno da noção de ser “quilombola” como uma manifestação

de resistência anticolonialista e uma afirmação de identidade cultural distintiva.

Ser quilombola é ser uma civilização contra colonialista¹ [...]. O título do nosso livro é colonização quilombos: modos e significações. Então, quando eu falo a palavra civilização eu estou falando de modos, estou falando de jeitos, estou de cultura, estou falando de matriz, estou falando de modo de vida, de jeitos de vida. Então, já que os colonialistas dizem que eles são uma colonização. Nós estamos dizendo que somos outra civilização. Somos o contraponto. Aliás, nós somos a primeira civilização. Os colonialistas têm dois mil anos e nós nem sabemos quantos anos nós temos, mas temos muitos mais de dois mil anos (Amarante, 2020).²

Após as discussões pós-Constituição de 1988 no Brasil, adotamos as definições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que consideram os quilombolas como “‘comunidades negras rurais’, territórios onde vivem as populações quilombolas de origem africana, conceito que incorpora as ‘terras de santo’, ‘terras de preto’, ‘mucambos’ e quilombos” (O’dwyer, 2002, *apud* Santos, 2016, p. 34). Embora a população quilombola tenha progredido em termos de direitos, como evidenciado no artigo 68 da Constituição Federal de 1988, ainda enfrentam desafios contínuos para afirmar, certificar e concretizar esses direitos.

¹ Santos (2015) entende colonização como processos etnocêntricos de expropriação, invasão, etnocídio e substituição cultural. Contra colonização abrange lutas e resistência pela defesa de territórios, significados, símbolos e modos de vida. O autor vê povos africanos e originários como contra colonizadores, e europeus como colonizadores, independentemente de serem senhores ou colonos (Santos, 2015).

² Informações fornecidas por Cris Amarante - Arqueologia Alternativa em 01 de setembro de 2020.

Neste momento, as disputas estão entrelaçadas e se manifestam nas mudanças governamentais e no funcionamento das instituições.

Segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), o país possuía, em 7 de julho de 2021, mais de três mil³ Comunidades Remanescentes de Quilombos, que estão agrupadas em diferentes regiões do território brasileiro: 2196 comunidades estão presentes no Nordeste; 547 no Sudeste; 369 no Norte; 193 na região Sul e 169 no Centro-Oeste (FCP, 2021)⁴. Desse quantitativo, somente 140 são tituladas (Comissão Pró-Índio, 2021).

Isso nos leva a afirmar que o quantitativo de comunidades quilombolas é bem maior do que as comunidades que têm seus certificados. Os processos de luta em busca dos direitos, muitas vezes, são suprimidos pela própria legitimidade do Estado.

Somado a violência governamental, as comunidades quilombolas enfrentam também a violência física. Segundo o relatório "Racismo e violência contra quilombos no Brasil", produzido pela Terra de Direitos e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), entre os anos de 2008 e 2015 há uma média de dois assassinatos por ano.

Telejornalismo e Representações Sociais

Para as discussões derivadas da teoria construcionista do jornalismo, como também das realizadas no campo da Psicologia Social, por meio das teorias das representações sociais (Moscovici, 2009), a

³ As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 05/02/2021, 3.451 comunidades são reconhecidas como quilombolas.

⁴ Esses dados foram disponibilizados até o fechamento deste trabalho.

realidade é uma construção social⁵ (Martins, 2017). Corroboramos com Martins (2017) no entendimento de que o jornalismo, como as representações sociais, de alguma forma, influencia, mudam ou cristalizam as nossas opiniões e atitudes (Martins, 2017).

O jornalismo molda a realidade ao compartilhar eventos através de suas práticas editoriais (Alsina, 2009; Pereira Júnior; Oliveira, 2020; Silva, 2020). A realidade é uma construção mútua (Alsina, 2009). Por exemplo, o telejornalismo diário influencia a agenda pública ao criar e reproduzir eventos (Vizeu; Correia, 2008). A notícia, portanto, entendida como prática do jornalismo é uma representação da realidade social que se manifesta na construção de um mundo possível.

Baseando-se nos estudos da psicologia social, a teoria das representações sociais (TRS) tem como propósito compreender os fatos sociais e os fenômenos coletivos. A TRS estuda processos sociais e conhecimento popular (Wachelke; Camargo, 2007). Ela explora o conhecimento periférico baseado em interações cotidianas (Moscovici, 2009). As representações sociais são construções coletivas que interpretam a realidade (Moscovici, 2009), apoiando-se em explicações do senso comum (Oliveira; Werba, 2012).

Silva (2018) afirma que o jornalismo usa representações sociais para construir realidade e, em seu exercício, cria novos significados para o cotidiano, contribuindo na formação, reprodução e difusão de novas representações do mundo. Concordamos com o autor ao destacar que o telejornalismo é uma forma de conhecimento que emprega representações

⁵ Vale pontuar que o conceito de "construção da realidade" não deve ser remetido exclusivamente ao jornalismo (ALSINA, 2009).

sociais (Silva, 2018) e que, por meio de práticas como enquadramentos, os jornalistas conferem sentido às suas narrativas.

Mas, afinal, o que são enquadramentos? A origem dos enquadramentos remonta aos estudos pioneiros de Erving Goffman (1974) e, desde então, têm ganhado destaque em diversas disciplinas acadêmicas, sendo introduzido na comunicação por Gaye Tuchman (1978) como argumento de que as notícias produzem enquadramentos que definem e constroem a realidade. A base teórica principal desse conceito é extraída do livro "*Frame Analysis*" de Goffman (1986), no qual ele define enquadramentos como princípios organizacionais que regem os eventos sociais e nossa interação com eles. Essas estruturas interpretativas socialmente nos permitem compreender eventos e situações.

Entman (1994), em sua revisão abrangente dos estudos de Comunicação, resumiu o enquadramento como uma seleção de aspectos da realidade percebida, destacados para promover definições de problemas, interpretações causais, avaliações morais e sugestões de soluções. Porto (2004) categoriza os enquadramentos em duas abordagens: noticiosos e interpretativos. Enquanto os primeiros são padrões usados por jornalistas para estruturar relatos, eles resultam da seleção consciente do "ângulo da notícia". Por outro lado, os enquadramentos interpretativos focam nas avaliações realizadas por diversos atores sociais.

Essas escolhas estratégicas desempenham um papel crucial na construção da narrativa, priorizando certos aspectos em detrimento de outros. Dessa forma, no processo de produção de notícias, os enquadramentos desempenham uma função crucial, uma vez que definem o que é incluído ou excluído,

moldando, assim, a realidade de referência apresentada ao público.

Metodologia

Para este estudo, conduzimos pesquisa bibliográfica sobre “populações quilombolas” (Amarante, 2020; Freiras, 2019), telejornalismo (Alsina, 2009; Vizeu; Correia, 2008, Silva, 2018), e representações sociais (Moscovici, 2009; Martins, 2017). Em seguida, coletamos conteúdos jornalísticos sobre “populações quilombolas” na plataforma de streaming de vídeos Globoplay, desenvolvida pela Globo. Realizamos, por fim, a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Estudamos o telejornal BATV, exibido no Nordeste, devido à presença marcante de Comunidades Remanescentes de Quilombos, especialmente na Bahia, que possui 823 dessas comunidades, sendo 670 com Certidões de Comunidades Remanescentes de Quilombos (FCP, 2021). Produzido pela Rede Bahia em Salvador, o BATV é transmitido por seis emissoras afiliadas à Rede Globo, líder de mercado e audiência no estado (Rede Bahia, 2021). Apresentado por Fernando Sodake, o programa tem cerca de 20 minutos de duração, das 19h15 às 19h35, de segunda a sábado, abrangendo 139 municípios e mais de cinco milhões de pessoas na Bahia (Negócios Globo, 2020).

Analizamos os conteúdos jornalísticos, que foram veiculados no telejornal, entre os anos de 2012 e 2019. A escolha se baseia no acesso aos materiais disponíveis na plataforma Globoplay, que abrangem todo esse intervalo temporal. Durante esses anos, conseguimos obter uma amostra representativa dos telejornais que reflete mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram nesse período. Além disso, essa seleção

nos permite observar padrões de representação ao longo de múltiplos anos e identificar possíveis tendências de evolução ou permanência nas abordagens jornalísticas das questões ligadas às comunidades quilombolas.

Utilizamos filtros de palavras-chave para buscar conteúdos, visando termos como “quilomb”, quilombo, quilombos, quilombola, quilombolas, para encontrar conteúdo jornalístico relacionado ao tema.⁶

A técnica de Análise de Conteúdo adotada se divide em duas partes: quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa, examinamos matérias sobre “populações quilombolas”, separando-as pela duração no telejornal e por assuntos. Estabelecemos sete variáveis nessa abordagem: tema, espaço, fonte, classificação dos sujeitos, formato, ano, mês e duração dos conteúdos no telejornal.

A categoria “tema” abrange produções com assuntos semelhantes. O conjunto “formato” distingue reportagens, notas cobertas e notas simples. Na classificação “espaço”, separamos por local geográfico. Também dividimos por ano e mês de veiculação nas categorias correspondentes. “Duração” identifica o

⁶ As produções da Rede Globo são acessíveis na plataforma Globoplay. Usamos palavras-chave para encontrar conteúdo jornalístico. A plataforma tem seções de Jornalismo e por regiões. Fizemos essa seleção para focar no Jornalismo. Outros conteúdos, como cenas de novela, foram excluídos, não sendo parte do nosso objeto. Mesmo considerando a diversidade de “ser quilombola”, não incluímos casos onde isso não é claro. Analisamos produções noticiosas em que “ser quilombola” é referenciado nos títulos, como “Polícia investiga morte de seis trabalhadores rurais em território quilombola”. A busca foi feita com as palavras-chave nos títulos, começando com “quilombola” para abranger variações. Reconhecemos limitações na coleta. Nosso objeto é dinâmico, e novas produções podem surgir, possivelmente dentro do período deste estudo.

tempo dedicado à temática. A categoria “fonte” foi criada para identificar as fontes utilizadas pelos telejornais, a partir da classificação proposta por Schmitz (2011), que sistematiza a partir da seguinte estrutura: categoria, grupo, ação, crédito e qualificação. Estas categorias incluem divisões: primária, que fornece dados essenciais, e secundária, que contextualiza, analisa, interpreta ou comenta a matéria (Schmitz, 2011). Na parte qualitativa buscamos analisar como ocorre o processo de representação e visibilidade das populações quilombolas nos noticiários regionais, observando suas principais características.

Análise

No período analisado, o telejornal exibiu 17.686 conteúdos jornalísticos, totalizando 571h58min. No entanto, em relação à temática quilombola, foram apenas três conteúdos, totalizando 4min40. Ao comparar esse tempo com outras temáticas, o conteúdo sobre populações quilombolas representa 0,011% do total.

Um ponto destacado na pesquisa é o tratamento diferenciado à cobertura quilombola, tanto em duração quanto em visibilidade dos sujeitos. As escolhas sobre o que é veiculado e seu interesse são influenciadas por questões da rotina jornalística, nas seleções do que é incluído e excluído (a partir dos enquadramentos), e fatores ideológicos e estruturais, pois a mídia brasileira, dominada por poucos grupos econômicos, frequentemente (re)produz discriminação racial.

O telejornal apresentou três tipos de conteúdos jornalísticos: nota simples (usada para notícias sem imagens), nota ao vivo com imagens (texto lido ao vivo pelo apresentador) e reportagem (formato com

off, sonoras e passagem do repórter) (Siqueira, 2013; Martins, 2017). Os conteúdos no telejornal BATV foram realizados em diversos locais, porém, as notícias sobre territórios quilombolas se limitaram à região metropolitana de Salvador. Isso demonstra a falta de diversidade geográfica nas notícias sobre esse grupo.

Foram usadas duas fontes primárias, como definidas por Schmitz (2011), que fornecem dados essenciais e estão próximas ou envolvidas nos eventos. Ambas adotaram uma postura passiva, fornecendo informações quando consultadas. Uma é oficial, representando o Estado e poderes constituídos, enquanto a outra é institucional, representando uma organização sem fins lucrativos ou grupo social, buscando defender interesses políticos e sociais (Schmitz, 2011).

Ainda seguindo a categorização projetada por Schmitz (2011), a fonte é considerada "identificada" (on) quando nome, status, cargo, função, condição e representação são citados na notícia. Quanto à qualificação do depoimento, as fontes são consideradas confiáveis quando mantêm relação estável, são acessíveis e articuladas, oferecendo informações certas e verdadeiras de forma eficaz e pontual (Schmitz, 2011, p.18).

Foram entrevistadas duas mulheres no total: uma pertencente a uma comunidade quilombola e outra que não era quilombola. Notou-se que mais tempo foi dedicado às populações quilombolas em comparação com as não-quilombolas. No entanto, uma análise dos conteúdos revela que a voz da fonte não-quilombola é transformada em voz passiva e apresentada pelo repórter, resultando em um tempo limitado.

Ao longo de sete anos, os conteúdos jornalísticos foram distribuídos da seguinte maneira: um em agosto

de 2017, um em outubro de 2018 e um em novembro de 2018.

Como apontado acima, agrupamos também os conteúdos jornalísticos segundo a análise temática, desenvolvida a partir da repetição dos temas presentes nos conteúdos jornalísticos. A análise dos temas dos três conteúdos veiculados pelo telejornal consistiu “em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2011, p. 135), neste caso em aguçar o nosso olhar para as produções.

A nossa perspectiva considera que o discurso se estrutura em torno de temas centrais, como destacado por Bardin (2011). Estes temas emergem como representações sociais das comunidades quilombolas, surgindo a partir dos processos de ancoragem e objetivação. A partir da análise do conteúdo, identificamos as seguintes representações sociais predominantes: Invisibilidade, Luta por Direitos e Violência. O tempo destinado a cada uma dessas representações foi de três minutos, um minuto e 40 segundos, respectivamente.

Nas análises que se seguem, destacamos em **negrito** os processos de ancoragem e objetivação presentes nos textos dos jornalistas. Esses elementos – ancoragem e objetivação – nos permite compreender a operação dos mecanismos que fundamentam as representações sociais, que, por sua vez, nomeamos como: Invisibilidade, Luta por Direitos e Violência.

Invisibilidade

As populações quilombolas estão espalhadas por todo território brasileiro. Entretanto, ainda são

vistas como não pertencentes a diferentes espaços. Além da desigualdade social e econômica, o racismo opera para a condição de invisibilidade em que permanecem.

Quando olhamos para o telejornal estudado vemos a escassez de produções noticiosas que são veiculadas sobre estas populações, com exceção das que os atrelam a criminalidade e a contextos estereotipados. O fato da desproporcionalidade entre as temáticas ratifica a noção das populações quilombolas como sujeitos subalternos, cujas vozes não podem ser ouvidas e os direitos negados, pois estão abaixo de camadas de exclusão (Spivak, 2010).

Entendemos que a base da construção do mundo moderno foi firmada por hierarquias raciais. É mediante essa construção que o racismo se constitui e opera. O racismo é um fator histórico e permanente nas sociedades contemporâneas, tornando-se uma estruturação sistêmica que guia a sociedade garantindo benefícios para uns e custo para todos os sujeitos e segmentos sociais (Grosfoguel, 2020). Na contemporaneidade, o racismo desenvolve-se e cruza todos os segmentos da sociedade (Moore, 2007).

Ciente da complexidade, acreditamos que um dos reforços do racismo se dá pela perpetuação de estereótipos. Compreender a natureza dos estereótipos é fundamental. Originados das palavras gregas "stereós" (sólido) e "týpos" (molde, marca), os estereótipos operam em duas dimensões: como mecanismos cognitivos para simplificar informações em sociedades complexas e como construções simbólicas que resistem à mudança, influenciando negativamente as percepções sociais (Filho, 2004). Eles podem fortalecer desigualdades, preconceitos e discriminação,

prejudicando a formação de opiniões sobre questões políticas e sociais, ao categorizar grupos e moldar julgamentos que perpetuam fronteiras simbólicas entre o que é considerado normal e anormal. Ao buscar ordenar o social, os estereótipos também restringem a flexibilidade do pensamento, mantendo relações de poder e excluindo a diversidade (Filho, 2004).

Ainda segundo Filho (2004), os estereótipos atuam na imposição de um sentido de organização ao mundo social impedindo qualquer flexibilidade de pensamento na avaliação, apreensão ou comunicação de uma realidade ou, alteridade, a favor da manutenção e reprodução das relações de poder, exploração e desigualdade, como também, da justificação e racionalização de comportamentos hostis (Filho, 2004).

Filho (2004) aponta ainda que os estereótipos contêm pressupostos tácitos ou explícitos e julgamentos a respeito do comportamento e da visão de mundo ou história dos sujeitos. Cremos ainda que as leituras sobre as comunidades são atravessadas pela formação e pelo compartilhamento de conhecimento da sociedade. Dentro do âmbito do estigma é que muitas vezes essas percepções têm origem e se manifestam. Exploramos a ideia de que o estigma abrange atributos, características ou identidades desvalorizadas pela sociedade, resultando em uma associação negativa ou identificação prejudicial de indivíduos ou grupos. O termo "estigma" evoluiu, e na contemporaneidade, nos referimos principalmente à própria condição social de desgraça e descrédito, em oposição à evidência corporal de inferioridade moral do passado (Omote, 2004). Nesse sentido, o estigma engloba marcas sociais que representam inferioridade, e o tratamento especializado dos estigma-

tizados pode aumentar a visibilidade dessa condição. Afirmamos ainda que a função primordial do estigma é o controle social, impulsionado pela necessidade de manter códigos de conduta. É nesse contexto que surge um conflito entre as populações quilombolas e as não quilombolas, pois há motivações divergentes que contribuem para a representação (Omote, 2004).

Dentre tantas formas, o racismo promove a invisibilização das populações negras. Spivak (2010) chama atenção para o fato de existirem sujeitos que possuem espaços onde suas histórias e indagações podem ser ouvidas. Por outro lado, os sujeitos subalternos são silenciados a todo o momento e não possuem espaço para legitimidade da sua voz. A voz do sujeito subalterno é sempre interpretada pelo outro, que se coloca no status de reivindicar algo em seu nome.

Nesse contexto, entendemos que a representação da "invisibilidade" se manifesta ao observarmos como o telejornal retrata as populações quilombolas por meio da perspectiva de terceiros. Consequentemente, afirmamos que a representação de invisibilidade construída pelo telejornal se manifesta na ausência dos próprios quilombolas nas narrativas que abordam suas vivências. Isso fica evidente ao analisarmos a reportagem intitulada, "Comissão Interamericana de Direitos Humanos visita quilombo em Simões Filho. Tempo: 3'23" (BATV, 2018a)".

A representação social da "invisibilidade" é objetivada pelas expressões: "representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que têm sede nos Estados Unidos estiveram hoje de manhã no quilombo Rio dos Macacos"; "essa comissão vai fazer um relatório com recomendações ao governo brasileiro que assegurem os direitos dos moradores".

A centralidade da notícia é relatar a visita de integrantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à comunidade quilombola baiana Rio dos Macacos. A notícia apresenta, a partir dessa visita, os possíveis resultados.

Como se pode observar, as próprias populações quilombolas têm um espaço reduzidíssimo para expressar os seus contentamentos. Já a fonte não-quilombola, por mais que seja favorável a eles e que fale por eles, é quem ganha destaque, pois a centralidade da notícia é falar da presença dessa fonte na comunidade. Isso aponta que os agentes institucionais e oficiais são acionados como uma espécie de tutores dos interesses das populações quilombolas, servindo como seus porta-vozes, “A presidente Margareth Macaulay disse que a comissão tem recebido essas denúncias há muito tempo e pedido ao governo brasileiro apurações rigorosas pra garantir os direitos dos moradores”.

As organizações sem fins lucrativos, instituições sociais e oficiais aparecem nas notícias para dar legitimidade aos fatos narrados. De acordo com Schmitz (2011), esse tipo de fonte, ao utilizar-se da mídia, sensibiliza e mobiliza o seu grupo social ou a sociedade e o poder público, com interesses de defender um projeto político ou uma causa social. Nesse exemplo, a presidenta, Margareth Macaulay, representa a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (instituição) e Rosimeire Santos representa a comunidade Rio dos Macacos (populações subalternas).

Destacamos ainda que durante a reportagem, os nomes das representantes são abordados de formas diferentes. Por um lado, a fonte oficial (Margareth Macaulay) tem o nome e o sobrenome narrado pelo

repórter, já a fonte institucional (Rosimeire Santos) tem o seu nome creditado na reportagem.

Luta por direitos

As realidades das populações quilombolas evidenciam uma problemática que acompanha a sua trajetória: a negação de direitos. Quando enquadram essas lutas por direitos no telejornal, os jornalistas criminalizam essas populações.

Dessa forma, os atos reivindicatórios das populações quilombolas são enquadrados como ameaças à propriedade e a ordem, e são reproduzidos pelo telejornal com veemência. Ao tentar incriminar as populações quilombolas, o telejornal enquadra os fatos, criando uma clara tentativa de deslegitimação dos direitos desses sujeitos, reforçando a manutenção das estruturas de poder vigentes. O telejornal constrói a significação dessas populações, a partir de uma ideia negativa do movimento, atribuindo descrédito e apresentando-as como subversivas e criminosas. Vejamos o seguinte exemplo “Quilombolas fizeram hoje um protesto aqui em salvador. Veja nos destaques do dia. Tempo: 1'9” (BATV, 2018b)”.

A representação constrói a imagem das populações quilombolas como criminosos, desconhecendo suas lutas por direitos que lhe foram historicamente negados. A ligação entre a caminhada é objetivada por meio da palavra “protesto” e consolidada através das imagens apresentadas no vídeo. É interessante pensarmos que o uso da palavra “protesto”, nesse contexto, não possui um efeito positivo como “um ato pacífico que foi realizado no centro da cidade onde os manifestantes saíram pelas ruas”, pois a nota veiculada produz um sentido negativo ao ato.

O jornalista finaliza a notícia objetivando o ato com afirmações negativas sobre o movimento, a exemplo de “a manifestação atrapalhou o trânsito”. Por meio dessa objetivação há um incitamento ao medo, enquanto justifica a criminalização da ocupação e ações do governo em manter a ordem por meio da força. Nas notícias não são colocados em evidência o que eles reivindicam, por que reivindicam, o que isso representa? Mas todo enquadramento é no “incômodo” gerado pelos quilombolas ao restante da população.

Violência

Araújo (2014) afirma que o racismo influencia os índices de violência no país e decisivamente contribui para que a população negra seja a maior vítima da violência, uma vez que os grupos menos favorecidos, principalmente a população negra, são os mais vitimados pela violência que acomete a sociedade (Araújo, 2014).

As diversas faces do racismo pelos diferentes mecanismos têm sido aplicadas às populações quilombolas retroalimentando as violências. Uma das formas patentes dessa violência são os assassinatos. Entre os anos de 2008 e 2017, a região Nordeste foi a que mais concentrou assassinatos de quilombolas, 29, registrando 76,3%, de todo o quantitativo (Terra De Direitos; CONAQ, 2018). Da região Nordeste, o estado onde ocorreu mais assassinatos foi a Bahia com 13 casos. Ainda segundo o relatório, esses dados indicam provável subnotificação das ocorrências.

Nas nossas análises identificamos violências, como agressão intencional que foi direcionada a um quilombola ou a um grupo quilombola por contato

físico direto. Mas quando olhamos para o telejornal analisado observamos que a representação da violência ocorre de uma forma banalizada com as populações quilombolas e através da representação há uma legitimação dos comportamentos que reproduzem a naturalização da violência.

O telejornal representa a chacina como se fosse uma ocorrência comum nas interações sociais. A notícia “Seis trabalhadores rurais de um território quilombola, localizado no município de Lençóis, na chapada diamantina, foram assassinados. Tempo: 40” (BATV, 2017)”.

A notícia apresentada narra a chacina dos quilombolas. A jornalista utiliza as objetivações “foram assassinados” para a construir a representação social Violência, construída pelo tipo de crime ocorrido, apresentando valores e interpretações do acontecimento, “quatro deles foram mortos dentro de uma casa e os outros dois em uma segunda casa, mas as mortes teriam ligação”; “os crimes que aconteceram no domingo”.

Na notícia foram veiculadas algumas informações que não são apresentadas: os nomes dos sujeitos, as idades, profissões, os rostos. Pela representação da violência há um apagamento dos sujeitos mediante uma leitura homogênea. A partir de um único elemento, a morte e a chacina dos quilombolas foram reduzidas e transformadas na nota “seis trabalhadores rurais de um território quilombola, localizado no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, foram assassinados”. Outro ponto, a partir desse olhar, é que para o telejornal, além de desconhecer que esses homens possuem identidade, ainda não reservam espaço na notícia para as vozes dos familiares. Con-

tudo, é dado o espaço para duas fontes oficiais: a polícia e o Incra. Neste processo, há desumanização dos sujeitos quilombolas.

Há também a naturalização da violência, “o Incra não acredita que as mortes estejam ligadas a disputa de terras”. Para o telejornal, o Incra representa a institucionalização de poder e tem autoridade para falar em nome do assunto pautado, sendo o único capaz de oferecer informações fidedignas. Não há um contraponto na narrativa apresentada. Não se explica o porquê da morte dos quilombolas. Se não há disputa pela terra, fato que dá margem para a reprodução da violência, logo esses sujeitos assassinados são bandidos. É nesse viés que a morte é validada.

Os assassinatos presentes nos territórios quilombolas possuem uma relação direta com sua defesa e com a garantia de permanência. Ao longo das suas existências, defender o território e os modos de vida são ações realizadas por estas populações e que são negadas pelas estruturas fundiárias, econômicas e políticas do Brasil.

É importante ressaltar que o racismo é o elemento central e estruturante dessas violências. Seja a partir da institucionalização que nega o acesso à terra para as populações quilombolas, seja pelos poderes econômicos e políticos que desumanizam essas populações e mantém um sistema de riquezas e privilégios reforçando o não acesso às políticas e recursos, ou até mesmo pela invisibilidade da violência da qual o Estado não leva para si a responsabilidade. “A falha estrutural da política pública é também responsável pelo aumento da violência contra quilombolas” (Terra De Direitos; CONAQ, 2018, p.18).

Entendemos que há um apagamento do telejornal a não relacionar a morte dos quilombolas aos conflitos fundiários. A partir dos relatos das fontes, o telejornal tende a isolar o fato em um episódio solitário. Não faz também a relação entre a consequência – a morte das populações quilombolas, as ameaças e ataques sofridos – as causas estruturais – que são cíclicas e atingem os territórios quilombolas em todo o país.

Outro processo que destacamos é o formato da notícia. É feita uma nota simples. O que isso significa? Segundo Siqueira (2013), as diferenças entre os formatos das notícias estão na maneira como as informações são recolhidas, organizadas, estruturadas e apresentadas. Para a autora, a nota simples é utilizada para falar de alguma notícia da qual não se tem imagens. Já a reportagem possui recursos gráficos sendo construída com imagens e a fala das pessoas envolvidas no momento dos acontecimentos. Para Siqueira (2013), a reportagem é mais complexa que uma nota coberta “pois reúne uma série de elementos e um trabalho exaustivo de apuração para uni-los” (Siqueira, 2013, p.67).

A partir desse entendimento questionamos, por que o telejornal apresentou a chacina de seis trabalhadores rurais quilombolas em uma nota simples? Acreditamos que o fato ocorrido poderia proporcionar elementos que possibilitaria a construção de uma reportagem. No ano de 2017, o estado da Bahia concentrou o maior número de assassinatos de populações quilombolas, nove assassinatos, representando 50% dos casos do ano.

Dois desses casos, o assassinato de José Raimundo Mota de Souza Junior, morto a tiros enquanto trabalhava no campo ao lado do irmão e sobrinhos, na

comunidade de Jiboia, situada na cidade de Antônio Gonçalves e o assassinato de Lindomar Fernandes Martins, morto após ter a casa invadida, no Território Quilombola de Iúna, situado no município de Lençóis, aconteceram no mês de julho, período anterior à chacina que matou Adeilton Brito de Souza, Gildasio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição – chacina veiculada pelo telejornal (CPT, 2017).

Considerações finais

O sistema de radiodifusão brasileiro é caracterizado por ter uma alta concentração de propriedade nas mãos de poucos grupos empresariais, com interesses econômicos, políticos e/ou religiosos. De acordo com relatório realizado pela *Media Ownership Monitor Brazil (MOM-BRAZIL)*, em 2017, no território brasileiro havia uma concentração da propriedade dos veículos de comunicação nas mãos de 26 grupos ou empresas de comunicação. A família Magalhães, formada por diversas gerações de políticos baianos, possui a propriedade do grupo de comunicação, no qual o telejornal aqui estudado é um produto.

Concordando com Bolaño, que a comunicação é "(...) uma estrutura de poder e, portanto, em qualquer sociedade, quem controla a comunicação intervém numa esfera de poder importante" (Santos, 2015), refletimos nesse trabalho sobre o que é ser quilombola na visão do grupo de mídia existente na região de grande presença dessa população?

O que a pesquisa apontou é um sinal de alerta para se pensar os espaços ocupados, ou melhor dizendo, não ocupados por alguns grupos sociais na mídia comercial e hegemônica. Das 571 horas e 58

minutos de conteúdos jornalísticos veiculados num período de sete anos no telejornal, somente 4min40 foram destinados à temática quilombola.

Além do espaço reduzido, o BATV representa as populações quilombolas como subversivas, criminosas, sem lugar de pertencimento, sujeitos sem direitos. Representações feitas pelo telejornal, que podem levar a população a um entendimento distorcido desse grupo social, uma vez que o telejornalismo contribui para a construção da realidade social.

Destacamos que a imagem das populações quilombolas são criadas também pelo telejornal, com (re)produções de estigmas e estereótipos, como no caso da criminalização de seus atos reivindicatórios; a invisibilidade marcada pela não escolha como fontes nas notícias e a banalização da violência sofrida pelos quilombolas.

Vivenciando diversos tipos de violência, desde as institucionais até as físicas, as populações quilombolas são afetadas pelo telejornal analisado, ao serem representadas majoritariamente como criminosas. Essa reprodução de violências contribui para uma (re)produção do racismo.

Não podemos ser ingênuos em achar que cabe só ao jornalista a responsabilidade pela forma como essas populações são representadas. O jornalista está imerso em uma relação de trabalho, onde há hierarquias. São profissionais que estão inseridos dentro de uma organização empresarial, ou seja, são funcionários que sofrem interferências da organização. E que incorporam, muitas vezes, uma autocensura, assumindo a política editorial dos veículos (Soloski, 2016). Apesar dessas restrições organizacionais sofridas pelos jornalistas optamos por deixar uma reflexão/proposta

para que os profissionais, ao reconhecer as diferenças raciais existentes na sociedade brasileira, os inúmeros preconceitos instalados e reproduzidos que reforçam a marginalização das populações quilombolas, possam repensar a cobertura jornalística desse grupo.

Como propostas, apresentamos algumas considerações-guia para um jornalismo antirracista: as coberturas de atos, mobilizações, ocupações devem ser pautadas a partir da reivindicação de direitos, ou seja, a partir dos motivos que ocasionaram as ações e não criminalizando o movimento quilombola, como faz o telejornal ao enquadrar o acontecimento, a partir de transtornos no trânsito, por exemplo.

A violência contra essas, como outras populações não podem ser naturalizadas e banalizadas. Os corpos quilombolas têm nome, endereço, idade, como qualquer outro e não podem aparecer no telejornal com essa humanidade retirada, levando a uma leitura de um não indivíduo. A desumanização é uma prática de violência com as populações quilombolas e pode reforçar nos telespectadores uma falta de criticidade e até mesmo uma insensibilidade para com essas populações. Acreditamos ser possível construir notícias humanizadas, por isso, aos jornalistas sugerimos que ao noticiar os assassinatos e chacinas envolvendo as populações quilombolas utilizem-se de elementos que vão além da narração do crime: incorporando também pessoas da comunidade, com nome, endereço, profissão, e não somente as fontes institucionais.

Para que a cobertura das populações quilombolas não seja feita apenas de uma forma estereotipada sugerimos duas ações: a primeira é a construção de notícias com diversas temáticas, que podem surgir, so-

bretudo, a partir de um diálogo com as comunidades quilombolas. A segunda ação corresponde à escolha das fontes. Propomos aos jornalistas que escolham fontes quilombolas para os mais variados assuntos e não somente as fontes institucionais.

Obviamente, a pesquisa não se esgota aqui e é importante que futuros trabalhos lancem olhares sobre como as populações quilombolas são representadas pelos telejornais em outras regiões do país. Quem sabe, ironicamente em regiões com menos presença dessa população, diferente do que ocorre na Bahia, o espaço midiático seja mais expressivo.

Referências

ALMEIDA, M. **TV social**: o telespectador como protagonista na televisão em múltiplas telas. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

ALSINA, M. **Construção da notícia**. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/†EI48>. Acesso em: 20 jan. 2023.

AMARANTE, C. O que é ser quilombola: Nego Bispo – São João do Pia. **Provando comidas bizarras**. 2020. (18m08s). Disponível em: <https://youtu.be/3XvnaonC0U8>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ARAÚJO, J. Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate. **Revista interdisciplinar de direitos humanos**, Bauru/SP, v.2, n.1, 156, junho, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATV- Salvador. Apresentado por Fernando Sodake. Salvador: Rede Bahia, 08 ago 2017, 19h20. Duração 20 min. Nota.

BATV- Salvador. Apresentado por Fernando Sodake. Salvador: Rede Bahia, 07 nov 2018a, 19h18. Duração 20 min. Entrevista com representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e representantes dos quilombos.

BATV- Salvador. Apresentado por Fernando Sodake. Salvador: Rede Bahia, 03 out 2018a, 19h15. Duração 20 min. Nota.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Observatório terras quilombolas**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3dZ0EYF>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo**: BRASIL 2019/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiana: CPT NACIONAL, 2020.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: Levy, M.; Gurevitch, M. (Ed.). **Defining media studies**. New York: Oxford University Press, 1994. p. 293-300. Disponível em: < <https://bit.ly/2NWDd7D>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GOFFMAN, E. (1986), **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Boston, Northeastern University Press.

GROSFOGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

FELTRIN, R. O país da TV aberta – No Brasil cerca de 80 milhões não tem internet nem TV paga. Só TV aberta. **Splash UOL**, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/videos/2020/10/20/o-pais-da-tv-aberta---no-brasil-cerca-de-80-milhoes-nao-tem-internet-nem-tv-paga-so-tv-aberta.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FILHO, J. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **ECO-PÓS**, vol. 7, no 2, p. 45- 71, 2004

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro Geral por Estados e Regiões**: Certidões expedidas. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2NUti2t>>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MARTINS, R. **As Representações Sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28355>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MESQUITA, G; ARAÚJO, D. **TA NI N'S** **R**? As representações sociais dos quilombolas nos telejornais da globo no Maranhão e na Bahia. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Fede-

ral de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39966?mode=full>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MOM-BRASIL. **Quem controla a mídia no Brasil?** Entrevoces, 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MOORE, C. **Racismo e sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009.

NEGOCIOS GLOBO. **Cobertura globo.** Rio de Janeiro: Globo, 2020.

OLIVEIRA, F. WERBA, G. Representações Sociais. In: JACQUES, Maria da Graça Córrea. **Psicologia Social Contemporânea.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 03, p. 287-308, 2004. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382004000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2023.

PADIGLIONE, C. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. **Folha de S. Paulo**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20televisores%20ligados,telejornais%20viraram%20campe%C3%B5es%20de%20audi%C3%A2ncia>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PEREIRA JÚNIOR, A; OLIVEIRA, E. 2020. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos Da Escola**, v. 14, n. 30, p. 719-734. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212>. Acesso em: 15 ago 2021.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: ALBINO, A; RUBIM, C. (orgs). **Comunicação e política:** conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

REDE BAHIA. Antônio Carlos Magalhães Junior recebe medalha Ordem do Mérito Industrial da CNI. **Rede Bahia**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://www.ibahia.com/noticias/economia/acm-junior>

-recebe-outrora-da-ordem-do-merito-industrial-da-cni. Acesso em: 10 jul. 2023.

REDE BAHIA. **Apresentação**. 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/cprXL>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, M. A cultura quilombola e sua presença nos espaços urbanos. **Studium Educationis**, v.1, n.1, 136, fevereiro, 2016. Disponível em: <https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/studium/article/view/2224>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, A. César Bolaño: pensar a comunicação a partir da Economia Política. **Eptic**, 15, dez. 2015. Disponível em: <https://eptic.com.br/entrevista-bolano-cuba>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, A. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCHMITZ, A. **Classificação das fontes de notícias**. 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/PVWX8>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ASSESSORIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA (SECOM). **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2AlcOgL>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, L. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32107>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, R. TELEJORNALISMO LOCAL: a construção da identidade cultural no processo comunicativo. **Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação**, v. 4, n. 1, p. 200-215, 2020. Disponível em: <https://sistemas.ufrpe.br/periodicos/index.php/atura/article/view/9532>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SIQUEIRA, F. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia: o flagrante único de coprodução no telejornalismo**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10895>. Acesso em: 10 mar. 2023.

A BAHIA NEGRA NÃO MOSTRADA NA TV:
A INVISIBILIDADE DOS QUILOMBOLAS NO TELEJORNAL BATV

SOLOSKI, J. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Florianópolis: Insular, 2016.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TERRA DE DIREITOS; COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ) (ORG). **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

TUCHMAN, G. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VIZEU, A; CORREIA, J. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (Org). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WACHELKE, J; CAMARGO, B. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2NZ9Jpy>. Acesso em: 19 mar. 2023.